

OBSERVATÓRIO DE DADOS SOBRE ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB¹

E-mail:
marciatsaeger@yahoo.com.br
mauriciocaio956@gmail.com

Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger², Caio Maurício Guimarães
de Oliveira³

RESUMO

O acesso à informação pública é garantido aos cidadãos pelo dispositivo constitucional brasileiro, bem como pela Lei de Acesso à Informação. Por conseguinte, a gestão pública, em suas diferentes esferas, deve lançar mão de espaços que garantam aos sujeitos o pleno acesso à informação, subsidiando as práticas de controle social e participação popular. Nesse contexto, os ambientes digitais informacionais têm sido utilizados com frequência cada vez maior para a disseminação de informações, seja por meio de perfis oficiais dos órgãos públicos em redes sociais ou em seus websites. Contudo, nem sempre esses espaços informacionais digitais são planejados de modo que a informação seja plenamente acessível aos cidadãos, o que acaba por dificultar as práticas de controle social e a efetiva participação destes sujeitos junto à gestão pública. Nesse cenário, considerando especificamente o âmbito do Orçamento Participativo da cidade de João Pessoa/PB, verificou-se que as mudanças conferidas pela atual gestão municipal ao Programa, denominado desde 2021 como Programa Você Prefeito, inseriram um novo formato de eleição de demandas, a partir das votações online, mas excluíram o espaço informacional digital destinado à divulgação de informações do Programa aos cidadãos. Isto porque, a partir da unificação do website da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), a página institucional destinada ao OP foi retirada do ar, deixando de apresentar informações específicas sobre o Programa. Com isso, a população tem acesso apenas a notícias veiculadas na página da PMJP e postagens no perfil no Instagram, sobre a ocorrência de assembleias e período para votação de cada região. Contudo, considerando que a participação popular junto ao Programa vai muito além da escolha de demandas por região, o que se restringe a apenas uma etapa do ciclo do Programa, compreende-se que a mudança trazida ao website da PMJP acarretou na perda de informações importantes e que oportunizassem o conhecimento sobre o OP, a atualização sobre as possibilidades de participação e o acompanhamento da execução das demandas, construindo, assim, uma ampla participação popular junto à gestão pública municipal por todo o ciclo do Programa. Tal lacuna motivou a realização desta pesquisa, que tem por objetivo a criação de um observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB. Espera-se, a partir da construção deste observatório de dados, contribuir para a disseminação de conhecimentos existentes no âmbito da democracia participativa local, bem como tornar as informações sobre o OP facilmente acessíveis a todos os cidadãos, viabilizando uma maior transparência na gestão pública e ampliando as possibilidades de participação popular na gestão dos recursos municipais.

Palavras-chave: Observatório de dados, Orçamento Participativo, Acesso à informação.

¹ Projeto de pesquisa aprovado no Edital 01/2022/PROPESQ-UFPB - Seleção de projetos de iniciação científica 2022/2023, com uma cota de bolsa CNPq, sob o número PVP15679-2022

² Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba.

³ Graduando do curso de Administração. Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CNPq – UFPB – PIBIC.

ABSTRACT

Access to public information is guaranteed to citizens by the Brazilian Constitution, as well as by the Access to Information Law. Therefore, public management, in its different spheres, must make use of spaces that guarantee subjects full access to information, subsidizing practices of social control and popular participation. In this context, digital informational environments have been used with increasing frequency for the dissemination of information, either through official profiles of public bodies on social networks or on their websites. However, these digital informational spaces are not always planned so that information is fully accessible to citizens, which ends up hindering social control practices and the effective participation of these subjects in public management. In this scenario, specifically considering the scope of the Participatory Budget of the city of João Pessoa/PB, it was verified that the changes conferred by the current municipal management to the Program, named since 2021 as Programa Você Prefeito, inserted a new format of election of demands, the from online polls, but excluded the digital informational space intended for the dissemination of Program information to citizens. This is because, after the unification of the João Pessoa City Hall (PMJP) website, the institutional page for the PB was removed from the air, no longer presenting specific information about the Program. With this, the population only has access to news published on the PMJP page and posts on the Instagram profile, about the occurrence of assemblies and the period for voting in each region. However, considering that popular participation in the Program goes far beyond the choice of demands by region, which is restricted to just one stage of the Program cycle, it is understood that the change brought to the PMJP website resulted in the loss of important information and that would provide opportunities for knowledge about the PB, updating on the possibilities of participation and monitoring the execution of the demands, thus building a broad popular participation with the municipal public management throughout the Program cycle. This gap motivated this research, which aims to create a data observatory on Participatory Budgets in the city of João Pessoa/PB. It is expected, from the construction of this data observatory, to contribute to the dissemination of existing knowledge within the scope of local participatory democracy, as well as to make information about the PB easily accessible to all citizens, enabling greater transparency in public management and expanding the possibilities of popular participation in the management of municipal resources.

Keywords: Data observatory, Participatory budgeting, Access to information.

A participação dos diferentes atores sociais – membros da sociedade civil, empresas, instituições não governamentais, movimentos sociais – no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas e gastos públicos é fundamental, sendo primordial, para isso, o acesso à informação pública.

O direito de acesso à informação, enquanto uma garantia constitucional e elemento fundamental ao exercício da cidadania, foi garantido aos cidadãos por meio da Lei nº 12.527/2011, ou Lei de Acesso à Informação (LAI), de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Nesse contexto, exemplo de programas governamentais que buscam ampliar as oportunidades de participação popular são os Orçamentos Participativos (OP), cujo principal objetivo é incluir a sociedade nas discussões sobre a utilização dos recursos públicos municipais para o investimento em políticas públicas voltadas para atender às demandas sociais (SAEGER; PINHO NETO, 2020).

Em que pese cada município possuir autonomia para definir as ações e fases que irão compor cada ciclo do OP, existem algumas ações que são comuns a todos eles, atreladas ao próprio objetivo do Programa. Assim, as fases de identificação das demandas das comunidades, escolha das políticas públicas prioritárias, verificação da capacidade de atendimento das demandas, acompanhamento e avaliação das ações são identificadas em todos os ciclos dos OP.

Analisando-se todas essas fases, surgem os seguintes questionamentos: qual o alcance da população de cada município para participar de programas como o OP? Como os membros das comunidades têm acesso às informações necessárias para subsidiar as escolhas das políticas públicas prioritárias para a sua região? Até que ponto as suas demandas são plenamente atendidas? Se atendidas, em quanto tempo?

É possível perceber que as respostas a todos esses questionamentos são fundamentais para embasar as decisões dos cidadãos, não apenas na avaliação dos ciclos vigentes, mas também no planejamento das ações para os próximos ciclos. Depreende-se, portanto, que a organização da sociedade civil para atuar efetivamente nos OP depende, indubitavelmente, do acesso à informação.

Fernández-Falero et al. (2017) e Gutiérrez et al. (2017) comentam que o acesso à informação pública é um direito fundamental, sendo necessário estabelecer meios apropriados para a sua identificação, localização, acesso e uso. Considerando as possibilidades que a internet oferece para o acesso a um volume crescente de informações, o uso desse espaço para a disseminação de informações que possam subsidiar a participação popular é de significativa importância.

Quando pensamos especificamente no contexto do Orçamento Participativo da cidade de João Pessoa/PB, a atual gestão municipal trouxe uma série de mudanças ao Programa, desde a sua denominação, passando a ser chamado Programa Você Prefeito, até o formato de votação das demandas em cada região. Outra mudança percebida no Programa diz respeito à disseminação de informações à população. O website do OPJP, destinado à divulgação de informações do Programa aos cidadãos foi retirado do ar, em virtude da unificação do website da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

Com isso, informações específicas sobre o OPJP/ Programa Você Prefeito, como o calendário do ciclo anual, mapa das regiões orçamentárias de João Pessoa, equipe gestora, articuladores, conselheiros municipais e regionais, documentos sobre o Programa, demandas por região e números relativos à participação popular em cada ciclo não mais estão disponíveis à população, sendo divulgadas apenas notícias sobre a ocorrência de assembleias e período para

votação de cada região na página da PMJP e em postagens no perfil da Prefeitura na rede social Instagram.

Percebe-se, portanto, que as informações divulgadas à população são destinadas a alertá-las sobre o período de votações de demandas e participação em assembleias, mas não permitem o conhecimento mais aprofundado sobre o Programa, sobretudo àqueles cidadãos que ainda não participaram de ciclos anteriores e não conhecem a metodologia de programas participativos de governo. Nesse sentido, considerando que a participação popular junto ao Programa Você Prefeito vai muito além da escolha de demandas por região, compreende-se que a mudança trazida ao website da PMJP acarretou na perda de informações importantes e que poderiam subsidiar as discussões coletivas acerca dos problemas públicos e o acompanhamento da execução das demandas solicitadas em outros ciclos.

Tal lacuna informacional oportunizou a realização desta pesquisa, tendo como elemento norteador a problemática constituída a partir da ausência de um espaço informacional próprio para reunir e disponibilizar informações sobre o Orçamento Participativo da cidade de João Pessoa/PB, em seus diferentes ciclos passados e do ciclo atual, sob a denominação de Programa Você Prefeito. Para tanto, adotou-se como objetivo criar um observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB.

Cumpra destacar que a pesquisa desenvolvida a partir deste projeto tem como fundamento a concepção da informação como um fenômeno social e psicológico, sendo primordial compreender não apenas como os sujeitos buscam, usam, descartam, recuperam e produzem a informação, mas também como eles se relacionam com ela e em que contexto se dá a sua construção (BATES, 1999). Esta perspectiva encontra sustentação nas correntes teóricas da Ciência da Informação (CI), que, segundo Saracevic (1996, p. 47), é a ciência que se ocupa das “questões científicas voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”.

Destarte, este entendimento acerca da informação que deriva da CI é capaz de representar a sua importância para programas públicos como o OP, cuja participação social é apoiada nas informações produzidas e compartilhadas pelos diferentes sujeitos que integram estes programas, bem como os contextos de sua produção, compartilhamento e apreensão.

Pelo exposto, a realização desta pesquisa se justifica diante da relevância que o acesso à informação – enquanto um fenômeno social – possui para subsidiar a efetiva participação dos cidadãos na gestão e na fiscalização do orçamento municipal, ocupando um espaço que é reservado à sociedade civil nos centros de decisão sobre a busca de soluções para problemas públicos. Isto porque, ainda que a gestão pública implante programas como o Orçamento Participativo, sem o devido acesso à informação, as condições de participação da sociedade junto ao Programa se tornam significativamente reduzidas.

Espera-se, a partir do atendimento ao objetivo central da pesquisa, contribuir para a disseminação de conhecimentos existentes no âmbito da democracia participativa local, bem como tornar as informações sobre o OP facilmente acessíveis a todos os cidadãos, viabilizando uma maior transparência na gestão pública e ampliando as possibilidades de participação popular na gestão dos recursos municipais. Espera-se ainda criar oportunidades de interação com projetos de outros observatórios de experiências participativas no Brasil, de modo a fortalecer a cooperação entre estes projetos.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral criar um observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB. Já como objetivos específicos, buscar-se-á:

- a) Mapear informações sobre os ciclos anteriores dos Orçamentos Participativos de João Pessoa que permitam a construção de um histórico do Programa;
- b) Apresentar as informações sobre o atual ciclo do Programa e suas mudanças em relação às versões anteriores;
- c) Identificar o histórico de demandas, por região orçamentária;
- d) Apresentar os indicadores de participação popular, por cada região orçamentária municipal;
- e) Construir um espaço de interação e troca de experiências com outras iniciativas de observatórios de dados de participação popular.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adoção de programas participativos de governo, a exemplo dos orçamentos participativos, requer, por parte dos gestores públicos, o emprego de medidas que garantam aos cidadãos o amplo acesso às informações que irão subsidiar a sua participação em programas desta natureza. Em se tratando da informação pública, tal acesso é assegurado por lei, como pode ser observado no dispositivo constitucional brasileiro e em normativa da Controladoria Geral da União.

Nesse sentido, a Constituição Federal do Brasil de 1988 apresenta, em seu artigo 5º, inciso XXXIII: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2012, p. 5). Por sua vez, a Controladoria Geral da União assegura que “a informação sob a guarda do Estado é sempre pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isto significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público” (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 8).

Considerando o contexto do orçamento participativo, as informações sobre as fases de cada ciclo, os períodos de realização das atividades, as demandas solicitadas pelos membros das comunidades, o tempo para atendimento a estas demandas, os recursos disponíveis para investimentos públicos e o orçamento efetivamente investido no atendimento às demandas locais devem ser amplamente disponibilizadas à população. Isto porque o OP, conforme argumenta Santos (2009, p. 461), se constitui em “uma inovação institucional que visava garantir a participação popular na preparação e na execução do orçamento municipal, e, portanto, na distribuição dos recursos e na definição das prioridades de investimento”.

A partir de tal consideração, a não garantia do amplo acesso às informações que poderão munir a população do conhecimento necessário para identificar as prioridades de investimento e a capacidade da gestão pública em distribuir estes recursos vai de encontro à própria natureza participativa de programas como o OP. Some-se a isso o fato de que “a própria gestão municipal necessita desse subsídio informacional para gerir os ciclos do OP, criando condições de perpetuar esse processo, sem que a falta de informações se ponha como um impeditivo à sua eficiência e continuidade” (SAEGER; PINHO NETO, 2020, p. 117).

Nesse cenário, considerando as diferentes possibilidades para que as informações sobre o OP sejam amplamente divulgadas à população, os espaços virtuais viabilizam o compartilhamento diário da informação, por meio da internet, seja em websites, redes sociais ou aplicativos de conversação. A utilização destes espaços virtuais pode contribuir sobremaneira não apenas para o atendimento às exigências legais de disponibilização da

informação por parte dos gestores públicos, mas também para um alcance consideravelmente maior da população, que também está cada dia mais conectada em rede.

Cumprе destacar, entretanto, a necessidade de que os espaços virtuais utilizados para a disseminação de informações públicas sejam cuidadosamente planejados, pois, como argumentam Fernández-Falero et al. (2017, p. 405),

La información debe ser comprensible y de acceso fácil y gratuito, y para ello se establecerán los mecanismos adecuados que faciliten la accesibilidad, la interoperabilidad, la calidad y la reutilización de la información publicada, así como su identificación y localización.

No que tange ao Orçamento Participativo da cidade de João Pessoa/PB (OPJP), sua implantação se deu no ano de 2005, com o nome de Orçamento Democrático (OD). No ano de 2013, o programa passou a ser denominado Orçamento Participativo, tendo sido institucionalizado pela Lei Ordinária n. 12.539, de 12 de março de 2013. A esse respeito, Saeger e Pinho Neto (2020, p. 199) entendem que “além da mudança no nome do Programa, a referida lei trouxe algumas mudanças quanto aos princípios do OPJP, mas manteve a definição anteriormente utilizada no OD e os objetivos do Programa”. Nesse aspecto, o OPJP apresentava como objetivo promover o diálogo direto da população da cidade de João Pessoa com a gestão municipal, visando a melhor aplicação dos recursos públicos para o atendimento das necessidades apontadas pela própria população.

No ano de 2021, em virtude de nova mudança na administração municipal da cidade de João Pessoa, o OPJP passou a ser denominado Programa Você Prefeito (PVP), apresentando mudanças também em sua equipe gestora. No que concerne à eleição de demandas, anteriormente realizada apenas de modo presencial, durante as assembleias regionais, foi adotado um novo formato para a escolha das demandas prioritárias de cada região, a partir das votações online. Tal mudança pode ser atribuída às novas necessidades de interação trazidas a partir da pandemia da COVID-19, que impossibilitou, nos anos de 2020 e 2021, a realização das assembleias presenciais, em função da necessidade de distanciamento social. Com o retorno às reuniões presenciais a partir de 2022, o PVP manteve a eleição de demandas e a votação dos conselheiros no formato virtual.

Para além destas mudanças quanto à gestão e funcionamento do PVP, a forma de apresentação das informações sobre o programa também foi alterada, uma vez que o antigo website do OPJP foi retirado do ar. É mister destacar que este website já apresentava algumas lacunas informacionais, conforme destacado na pesquisa de Saeger, Pinho Neto e Sousa (2018), sobretudo por não apresentar conteúdos relativos às demandas eleitas nas assembleias regionais do ciclo vigente e de ciclos anteriores, assim como por não disponibilizar informações sobre a análise, execução e efetivo atendimento destas demandas.

Ainda assim, a existência de um website próprio para o OPJP supria, em alguma medida, as necessidades de informações básicas sobre o Programa. Todavia, com a adoção de um formato único de website pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, as informações sobre o PVP passaram a ser divulgadas em um local específico, na pasta destinada à secretaria de Participação Popular.

Some-se a isso o fato de que, a partir deste novo formato, apenas notícias sobre as fases do ciclo do PVP, composição do Conselho, mapa das regiões orçamentárias, datas de assembleias e resultados das demandas eleitas por cada região passaram a ser divulgadas neste novo website, sem que haja nenhuma informação sobre os programas que envolvem a Participação Popular em João Pessoa e seus resultados, desde 2005.

As alterações percebidas neste espaço informacional demonstram que a gestão do PVP caminha em uma direção oposta àquilo que se espera em termos de ampla divulgação de informações à população, sobretudo em se tratando de um programa cuja fundamentação está na participação popular.

Pelo exposto, a criação de um espaço virtual que supra essas lacunas de informação será fundamental para os resultados desta pesquisa, ancorando-se na necessidade de que a informação pública seja amplamente divulgada, num formato compreensível e de acesso gratuito a todos os cidadãos.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada como descritiva e aplicada. Prodanov e Freitas (2013) entendem que as pesquisas descritivas se baseiam na observação, registro e descrição dos fatos, cujos dados são coletados por meio da observação sistemática. Os referidos autores comentam que a pesquisa aplicada “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51). Tais pesquisas geram produtos ou processos que devem ser aplicados a uma realidade imediata, o que encontra conformidade direta com os objetivos aqui pretendidos.

Como estratégias de pesquisa, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica subsidiará os estudos sobre os orçamentos participativos, gestão pública participativa e acesso à informação. Já a pesquisa documental será necessária para a análise dos documentos sobre o OP/ Programa Você Prefeito da cidade de João Pessoa/PB, para posterior análise e disponibilização de informações. Martins e Theóphilo (2016, p. 53) ressaltam que a principal diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental reside na natureza das fontes, posto que “a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, isto é, materiais transcritos de publicações disponíveis na forma de livros, jornais, artigos, etc. Por sua vez, a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa”.

O campo pesquisado corresponde aos Orçamentos Participativos da cidade de João Pessoa/PB (OPJP), em suas edições anteriores, assim como ao Programa Você Prefeito, nova denominação do OPJP desde o ano de 2021.

Considerando o objetivo de criar um Observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB, será criada uma página na internet a partir do Google Sites. A alimentação deste observatório de dados ficará a cargo da equipe responsável pela pesquisa – docente coordenadora do projeto e bolsista PIBIC.

No que diz respeito à coleta de dados para alimentar o observatório, será realizado um mapeamento das informações disponíveis sobre o OPJP/Programa Você Prefeito de João Pessoa (ciclos anteriores e atual), de modo que seja possível gerar uma quantidade significativa de dados que permitam o acompanhamento das demandas prioritárias em cada região orçamentária de João Pessoa, recursos públicos investidos, demandas atendidas, demandas reprimidas e demandas atualmente solicitadas. Tais dados permitirão elaborar um panorama das obras e ações empreendidas para a população a partir do OP, bem como mapear as áreas que têm merecido maior destinação de políticas e recursos públicos municipais na cidade.

Serão mapeados também os índices de participação popular, de modo que seja possível acompanhar os níveis de participação ao longo dos ciclos, sobretudo a partir da adoção do sistema de votação online, o que coloca o Programa Você Prefeito dentro do escopo de orçamentos participativos digitais.

Cumprido destacar que a obtenção dos dados necessários à criação e alimentação do Observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB ocorrerá

a partir da busca de informações disponíveis na internet, assim como junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio do Portal da Transparência, tendo em vista que a mesma possui as informações e documentos de ciclos anteriores que foram retiradas do ar, juntamente com o antigo website do OP. É mister ressaltar também que não serão solicitados ou disponibilizados dados considerados sensíveis, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que se constituem em dados “que revelam origem racial ou étnica, convicções religiosas ou filosóficas, opiniões políticas, filiação sindical, questões genéticas, biométricas e sobre a saúde ou a vida sexual de uma pessoa” (SERPRO, 2022, não paginado). Isto porque a obtenção ou disponibilização de tais dados não encontra justificativa diante dos objetivos da pesquisa.

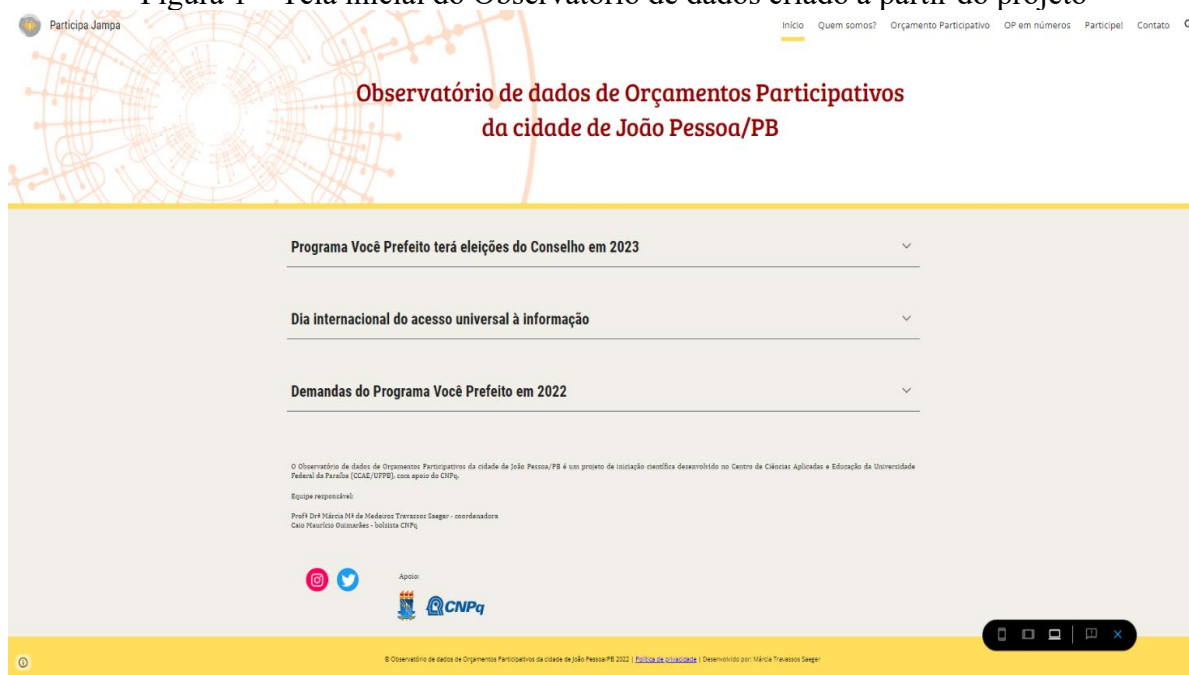
Com relação à abordagem do problema da pesquisa, esta será de natureza quantitativa. Nesse sentido, os dados relativos aos índices de participação social ao longo dos ciclos do OP/ Programa Você Prefeito, demandas escolhidas pelas comunidades, assim como os dados financeiros, serão apresentados por meio de frequências – absoluta e relativa – e médias, com auxílio da representação dos resultados em gráficos – histogramas, gráficos de linhas e gráficos em pizza. A escolha por tais técnicas de tratamento estatístico de dados se deu devido à maior facilidade de sua compreensão por parte dos diferentes públicos que poderão acessar as informações disponíveis no Observatório e fazer uso delas.

Ressalte-se que a implementação deste projeto se dará a partir da execução de um plano de trabalho, com ações subsidiadas pelos pilares do ensino e da extensão, em sinergia com a pesquisa, notadamente quanto aos aspectos relacionados à garantia de acesso à informação, à participação popular pautada no controle social, à disponibilização das informações públicas e aos elementos necessários à adoção de uma gestão pública participativa.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Partindo do objetivo de criar um Observatório de dados sobre Orçamentos Participativos na cidade de João Pessoa/PB, foi criada uma página de acesso livre, a partir do Google Sites, no endereço eletrônico www.participajampa.com. A figura 1 ilustra a tela inicial do website do projeto.

Figura 1 – Tela inicial do Observatório de dados criado a partir do projeto



Fonte: www.participajampa.com (2023).

A apresentação do website foi planejada de modo a facilitar o acesso às informações por parte dos usuários, destacando, no menu superior direito, os seguintes temas: descrição do projeto (Quem somos?), histórico do OPJP (Orçamento Participativo) e informações sobre demandas e indicadores de Participação Popular da cidade de João Pessoa (OP em números). Além disso, foram inseridos dois formulários eletrônicos para que os usuários possam contribuir com informações para alimentar o Observatório de dados e que possam entrar em contato com a equipe do projeto, sem que haja a identificação destes.

Na fase inicial da pesquisa, foram solicitadas à Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio do Portal da Transparência, informações relativas às demandas por região do ciclo atual e de ciclos anteriores do Programa, demandas atendidas por ano, obras em execução, demandas reprimidas e dados quantitativos sobre participação popular. A solicitação se deu a partir da identificação da equipe de pesquisa e dos objetivos do projeto, com o primeiro retorno dentro do tempo estipulado em lei, que é de até 20 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa do órgão que recebeu a solicitação (BRASIL, 2011). Entretanto, o pedido de solicitação de informações foi parcialmente atendido, sendo acordado um novo prazo para o envio das informações restantes.

Assim, ao tempo da finalização da primeira fase desta pesquisa, foram obtidas apenas informações relativas às demandas do ano de 2022 e do ano de 2020, sendo apresentados dados relativos à distribuição de demandas por região e aquelas mais votadas no município, considerando que cada região pode apresentar mais de uma demanda prioritária.

Foram obtidos ainda os índices de participação popular nas audiências públicas entre os anos de 2013 e 2022, além do número de conselheiros eleitos nas eleições ocorridas em 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021. Ressalte-se que as eleições do Conselho do OP ocorrem a cada dois anos, e que, ao tempo da conclusão desta fase da pesquisa, as eleições para o Conselho no ano de 2023 ainda não haviam sido realizadas.

Os dados obtidos a partir destas informações foram processados, apresentando-se no Observatório de dados as seguintes ilustrações: gráficos relativos aos índices de participação popular, identificando-se a frequência absoluta destes resultados; tabelas com os resultados das

demandas votadas por região; gráficos com a distribuição percentual de demandas por região; e, gráficos com o número de demandas votadas em cada ciclo, na cidade de João Pessoa. Optou-se pela apresentação de frequências absolutas (número de ocorrências) e valores percentuais, por representarem medidas estatísticas simples, apoiadas na ilustração gráfica, contribuindo para a compreensão dos dados pelos diferentes públicos que possam acessar o Observatório.

Já em relação ao histórico dos Orçamentos Participativos, considerando seus resultados desde o ano de 2005, a primeira fase da pesquisa teve como resultado a identificação de documentos e legislações sobre cada fase do Programa. Tais documentos permitiram identificar os objetivos desses Programas, composição da equipe gestora – secretários, articuladores, conselheiros municipais e regionais – e seus deveres junto ao OP/PVP.

A fase seguinte da pesquisa, cujos resultados serão apresentados em seu relatório final, se dará a partir da obtenção das informações cujo atendimento não ocorreu na primeira solicitação à Prefeitura Municipal de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

BATES, M. J. The invisible substrate of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999. Disponível em: <https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/substrate.html>. Acesso em: 07 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em: 02 abr. 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública**. Uma introdução à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://www.acaoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf> Acesso em: 02 abr. 2019.

FERNÁNDEZ-FALERO, M. R. et al. Comunicación política de los ayuntamientos a través de sus webs: Caso de Extremadura. **El profesional de la información**, v. 26, n. 3, p. 404-410, mai./jun. 2017.

GUTIÉRREZ, F. J. H. et al. Transparencia en el sector público a través de salas de prensa online. Gestión de recursos colectivos y su información en webs municipales de Castilla y León. **El profesional de la información**, v. 26, n. 3, p. 404-410, mai./jun. 2017.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO; C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAEGER, M. M. M. T.; PINHO NETO, J. A. S. **Diretrizes para a implantação da Gestão da Informação e do Conhecimento no Orçamento Participativo de João Pessoa/PB**. João Pessoa/PB: Editora UFPB, 2020.

SAEGER, M. M. M. T.; PINHO NETO, J. A. S.; SOUSA, M. R. Portais de sistemas de gestão participativa de governo: possibilidades de estruturação sob a perspectiva da Arquitetura da Informação. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 688-706, set./dez. 2018.

SANTOS, B. S. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 455-559.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SERPRO. **O que são dados sensíveis, de acordo com a LGPD**. 2022. Disponível em <<https://www.serpro.gov.br/lgpd/menu/protecao-de-dados/dados-sensiveis-lgpd>>. Acesso em 03 mai. 2022.